

Clipping
07 a 11/05/2008

Militantes questionam os rumos do sindicalismo 30 anos após greve de 78	1
Centrais sindicais estão no colo do Estado, critica analista.....	3
STJ condena banco a compensar funcionários da Copesul	4
Conflitos por terra atentam contra direitos humanos no Brasil	5
Proteção social ao trabalhador deve recuperar nível de 30 anos atrás.....	7
Súmula nº 5 garante legalidade das mais de 1.700 demissões no serviço público.....	8
Deslocamento dentro da empresa garante hora extra a empregados da Vale.....	9
Bandidos roubam funcionários dos Correios.....	9
Para que a Uergs viva, por Marisa Formolo*	10
Tribunal de Justiça frustra paralisação	10
Piratini propõe reajuste de 10,62%	11
Rosane de Oliveira - Surpresa por todos os lados	12
Atualização ágil de dados para o FGTS	12
Uma absolvição que indignou o mundo	13
FGTS para áreas de desastre.....	13
Índice de 10,62% para o mínimo regional gera crise	14
Convenção da OIT reúne trabalhador e sindicalista.....	14
Judiciário desconta dia de manifestantes.....	15
Simpa mobilizado por reajuste de 16,75%	15
Lei Britto: servidores pressionam.....	15
Negros têm só 3,5% dos cargos de chefia	16
Avanço só virá com mudança na educação, diz especialista.....	17
Empresas podem ter verba do FGTS para casa de funcionários	18
TCU manda bancos pagarem R\$ 417 milhões ao INSS	19

Militantes questionam os rumos do sindicalismo 30 anos após greve de 78

Em 1978, uma greve que parecia amalucada, organizada em menos de uma semana na fábrica de ônibus e caminhões Scania-Vabis, em São Bernardo do Campo, alastrou-se por boa parte do ABC paulista. A reportagem é de Laura Capriglione e publicada pelo jornal Folha de S. Paulo, 11-05-2008.

Questionou a legislação sindical então ultra-restritiva, ampliou o direito de greve, deixou perplexos os patrões e na defensiva a ditadura militar; construiu novos paradigmas para a ação dos sindicatos e projetou pela primeira vez o nome de Luiz Inácio da Silva, o Lula, para fora dos meios metalúrgicos. Trinta anos depois, alguns destacados militantes dessa jornada se perguntam: "Acabou?"

"É uma amargura ver como está o movimento sindical", diz o ex-diretor do sindicato dos metalúrgicos Manuel Anísio Gomes, 63. "Hoje, até o próprio sindicato contrata serviço temporário de trabalhadores terceirizados. Muitos dirigentes sindicais aceitam precarizar o mercado de trabalho e negociar direitos que estão na CLT [Consolidação das Leis do Trabalho] desde 1943. É uma tristeza para a gente", afirma Rubens Teodoro de Arruda, Rubão, 70, ex-vice-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema.

"Sempre fomos contra o imposto sindical porque achávamos que o sindicato deveria ser mantido pela contribuição voluntária dos associados. Agora, até a CUT [Central Única dos Trabalhadores], que era contra o imposto sindical, usa argumentos sem pé nem cabeça para defender que ele seja mantido. É muita contradição entre o discurso e a prática. Como você pode querer liberdade e autonomia sindical se você depende do imposto? Por que é que o dirigente vai fazer campanha de sindicalização se ele pode ficar esperando o dia de receber o dinheiro do imposto?", diz o ex-diretor do Sindicato dos Metalúrgicos Djalma Bom, 69.

"Não existe mais solidariedade e companheirismo. O salário está difícil, o emprego está difícil. Todos contra todos, acaba essa confiança de um no outro, base da ação sindical", diz Isaias Urbano da Cunha, 68, ex-diretor do sindicato dos metalúrgicos de Santo André.

Manuel chorou. Djalma também. Isaias e João idem. Foi uma choradeira o encontro de dirigentes e militantes da greve de 78, que aconteceu na última quinta-feira em São Bernardo. Um dos participantes explicou a emotividade. Segundo ele, a greve de 78 exige muito da memória afetiva porque aqueles acontecimentos não podem ser resgatados a partir de fotos, hinos ou palavras de ordem.

Como o movimento grevista aconteceu dentro das fábricas, dele há poucos registros fotográficos e nada do charme "nouvelle vague" do maio de 68 francês, por exemplo. Também não houve hinos nem palavras de ordem. Aliás, uma marca original dessa greve foi o silêncio, conforme relata João de Oliveira da Silva, o "João Chapéu", 74, taxista agora, operário da Mercedes Benz há 30 anos:

"No dia 15 de maio, eu estava trabalhando normalmente, quando veio a notícia sussurrada: "Os tornos automáticos pararam". Saí da máquina para cumprimentar os companheiros. Quando voltei para a minha seção, que era a 21, bem no meio da fábrica, eu só ouvia o prrrrr-prrrrr-prrrrr - era uma máquina sendo desligada, depois outra e outra. Dali a pouco, silenciou a fábrica inteira. O encarregado-geral veio e falou: "Ninguém é contra greve nenhuma. Cada um fica sentado na sua máquina. E sem formar rodinha". Naquele silêncio, eu me sentia numa festa."

"Vamos fazer uma greve no fim desta semana?", assim começou a organização da greve na Scania. O autor da proposta foi Gilson Menezes, hoje com 58, que tinha acabado de ser empossado como diretor do sindicato, na chapa de Lula.

Segundo Gilson, se a greve fosse marcada para dali a 15 dias, a direção da empresa ficaria sabendo. No dia 12, nos ônibus que transportavam os operários para a fábrica, todos foram avisados: "Primeiro, vai parar a ferramentaria. O resto vai parando na seqüência".

Coincidentemente, a diretoria do sindicato tinha reunião marcada para o mesmo dia 12. Às 8h, Gilson deu fichas telefônicas a um outro operário e pediu-lhe que fosse a um orelhão ligar para o sindicato. "Fala que eu mandei avisar que a Scania está parada." "A diretoria vibrou. Teve até quem chorasse."

Segundo Manuel Anisio, a partir daí começou a pipocar greve em todos os lugares. A Volkswagen parou de produzir o Passat, sucesso da época. Durante nove dias, o Corcel parou de sair da fábrica da Ford. A reivindicação era 20% de aumento real, mas parou-se também por falta de papel higiênico, para conseguir os 15 minutos de café que as empresas não tinham, contra o cartão de ponto para registrar idas ao banheiro.

Em Santo André, vizinha a São Bernardo, as notícias da greve chegaram já na sexta-feira. Isaias se lembra de ter reagido mal à greve da Scania. "A gente achou aquilo uma loucura. Como? Vai fazer greve numa sexta-feira? Como é que segura no final de semana?" Mas eles conseguiram. Na segunda-feira, continuaram com a paralisação. "A gente não acreditava."

"Aí, umas meninas corajosas começaram a parar a seção de anéis da Cofap. Foi a nossa deixa. A gente chamava os homens de covardes. Graças às meninas dos anéis, todo mundo foi parando. Era dia 15 de maio."

"Meninas"

As "meninas" eram poucas na categoria (em São Bernardo, não superavam os 8% do total. Na diretoria do sindicato, era zero representante). Maria Teixeira Vilella, a Mana, 60, trabalhava no Comando de Diadema e era do sindicato quando ajudou o pessoal a parar fábricas pequenas e médias. Perdeu o emprego em 1980, após uma greve. Nunca mais foi aceita em nenhuma empresa. Tornou-se costureira. "Fico triste, porque a gente dá o sangue e depois as pessoas fingem que não conhecem. Sinto-me descartável. As mulheres que brigaram naquela época, como eram poucas, ficaram marcadas. Sou metalúrgica ferrada."

Os homens parecem mais aconchegados. "Se a gente sabia que um colega tinha ficado doente, ou estava numa pior, em meia hora corria uma lista dentro da fábrica para ajudar. Sempre tinha alguém que comprava o remédio e fazia a visita. Amigo de fábrica era melhor do que parente", diz Isaias.

Lula, que tinha tomado posse em 21/4/1978 para o novo mandato sindical, havia dito em seu discurso de posse que "os patrões e a Fiesp só ouviriam as vozes dos trabalhadores quando eles estivessem com os braços cruzados e as máquinas paradas". Duas semanas depois das greves em 30 empresas, das quais participaram 50 mil operários de um total de 120 mil só em São Bernardo, a Lei de Greve tornara-se um trapo. Apesar da decretação da ilegalidade do movimento, o sindicato havia conseguido de várias empresas o aumento real de salários e o não-desconto dos dias parados. E agora? "Novas tecnologias, informática, telecomunicações, robotização e terceirização da mão-de-obra são a forma atual de exploração da classe trabalhadora. O sindicato que o Lula de então dizia que tinha de funcionar na porta de fábrica é mais necessário do que nunca", diz Djalma Bom. "Ainda posso lutar", diz Rubão.

INSTITUTO HUMANITAS

Centrais sindicais estão no colo do Estado, critica analista

Trinta anos se passaram desde a greve da Scania, mas o Brasil assiste hoje a uma adaptação de uma fórmula criada muito antes de 1978, no governo Getúlio Vargas. A avaliação é do sociólogo [Ricardo Antunes](#), professor titular da Unicamp. A reportagem é de Fernando Barros de Mello e publicada pelo jornal Folha de S. Paulo, 11-05-2008. "Temos visto tristemente um processo de reestatização das cúpulas sindicais. As centrais estão no colo do Estado." Ao analisar a evolução do movimento sindical, ele vê duas "mãos" que batalham entre si. A primeira atrela os sindicatos ao Estado; a outra traz independência aos trabalhadores.

"Naquele movimento iniciado em 1978, o lema era "o sindicato somos nós". Essa mão própria estava mais forte que a do Estado. Foi um período de efervescência e Lula personificava isso", diz. "Agora, o governo Lula está usando uma mão com a experiência de quem conhece bem o outro lado", completa.

Segundo dados do Sindicato dos Metalúrgicos, em 30 anos, o ABC paulista perdeu trabalhadores, mas o sindicato ganhou membros. Em 78, havia 150 mil trabalhadores na região, mas só 30% eram sindicalizados. Hoje, são 97,8 mil trabalhadores e 73,2 mil filiados (ativos e aposentados). A sindicalização também aumentou pelo país,

contrariando tendência mundial, segundo especialistas. Em 1978, era de cerca de 10%. Em 2005, chegou a 18,3%.

Antunes lembra que antigas bandeiras dos grevistas de 78, da CUT e do próprio Lula não vingaram no atual governo. Ele cita o fim do imposto sindical e o aumento da autonomia dos sindicatos.

Paulo Fontes, professor do CPDOC-FGV, afirma que 1978 deixou um legado positivo. "Hoje, o movimento sindical é muito heterogêneo. Mas avalio que neste momento ele pode retomar força política e grau de influência. O país voltou a crescer, o governo está longe de ser hostil ao movimento e a democracia está consolidada."

João Vicente Silva Cayres - presidente do Dieese e diretor do Sindicato dos Metalúrgicos dos ABC - diz que há 30 anos as posições extremadas de um governo militar e de patrões fizeram com que os trabalhadores assumissem posição mais radical. "Mas os sindicatos e o patronato foram evoluindo. A discussão é aceita." INSTITUTO HUMANITAS

STJ condena banco a compensar funcionários da Copesul

A 4ª Turma do STJ (Superior Tribunal de Justiça) condenou o Banco Boavista Interatlântico a pagar aos funcionários da Copesul (Companhia Petroquímica do Sul) o saldo credor acrescido de juros de 1% ao mês desde outubro de 1994, decorrente de contrato efetuado por ocasião da privatização da empresa.

Segundo dados do processo, em face da privatização da Copesul, os funcionários da companhia tiveram o direito de adquirir 10% do total do capital privatizado. O Banco Boavista, à época, ofereceu aos funcionários a concessão de empréstimo para a aquisição, tendo como garantia parte das ações em questão e como contrapartida os ganhos com a intermediação do negócio.

O banco, conforme informa o STJ, se comprometia a vender uma parte da garantia do empréstimo, 440 mil ações, e, com o resultado, quitar a dívida dos funcionários. Na hipótese de saldo a favor deles, o banco deveria devolver o saldo. No caso de a venda não ser suficiente para o pagamento dos empréstimos, eles estariam quitados. Finalizado o processo, o banco informou que o produto de venda das ações havia sido superior ao saldo devedor, por isso os funcionários tinham crédito a receber.

Após a realização do negócio, os funcionários ajuizaram ação contra o Boavista alegando que, no processo de aquisição das ações da Copesul, o banco teria comprado as moedas de privatização com deságio de 75%, porém, no acerto de contas, utilizado o valor nominal, que resultou em saldo credor bem inferior ao que seria devido aos funcionários.

O Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul entendeu que o banco deveria repassar os benefícios do deságio aos funcionários e fixou os juros moratórios em 1% ao mês. No STJ, o banco Boavista entrou com um recurso especial alegando erro na valoração da prova, contestou as declarações emitidas pela corretora Kraesner e alegou que não cabe ao banco provar o percentual de deságio, mas aos funcionários.

O relator, ministro Aldir Passarinho Junior, em conformidade com a súmula 7 do STJ, não conheceu do pedido, pois a controvérsia necessita de análise de provas para ser sanada, o que não compete ao STJ.

Entretanto, conheceu parcialmente do recurso para estabelecer que aos valores

correspondentes à diferença do saldo credor serão acrescidos juros remuneratórios de 1% ao mês desde quando foi disponibilizado pelo banco, em outubro de 1994, rejeitando a pretensão dos autores de receberem a compensação pelo uso do seu capital com base nos lucros obtidos pelo banco réu no período. E modificou a sentença do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul para que a correção monetária seja realizada pelo INPC. Nesse entendimento, toda a Turma acompanhou o voto do relator.

ÚLTIMA INSTANCIA

Conflitos por terra atentam contra direitos humanos no Brasil

Atentando contra indígenas, absolvição de mandante do assassinato de Dorothy Stang e humilhação e destruição de acampamentos de trabalhadores sem-terra sinalizam retomada de onda radical de violações de direitos humanos. A reportagem é de Ana Claudia Mielki e publicada pela Agência Carta Maior, 09-10-2008.

Essa semana o Brasil se chocou com a absolvição do fazendeiro [Vitalmiro Bastos Moura, o Bida](#), acusado de ser o mandante do assassinato da missionária Dorothy Stang em 2005. Dorothy era conhecida por seu trabalho em defesa da reforma agrária, pelo reflorestamento de áreas degradadas e pelo trabalho na minimização dos conflitos do campo no estado do Pará. A absolvição de Vitalmiro acontece na mesma semana em que indígenas da Terra Indígena Raposa Serra do Sol são atacados e baleados por capangas supostamente contratados por outro fazendeiro, Paulo César Quartiero, desta vez do estado de Roraima. Quartiero, que também é prefeito de Pacairama, foi preso pela Polícia Federal.

A absolvição de Vitalmiro contrariou as expectativas de organizações não-governamentais, movimentos sociais e representantes políticos que acreditavam na condenação. Bida havia sido condenado em primeiro julgamento realizado em maio de 2007 a uma pena de 30 anos, mas foi absolvido pelo júri no segundo julgamento realizado na última terça-feira, 6 de maio. O fazendeiro teve direito a novo júri porque a pena anterior ultrapassou os 20 anos.

A morosidade da Justiça em processar os responsáveis e ouvir as testemunhas foi preponderante para o desfecho do caso e para a construção da impunidade. É o que aponta Sandra Carvalho, da organização Justiça Global, uma das principais entidades de defesa dos direitos humanos no país. “Houve tempo para que os mandantes cooptassem os pistoleiros, oferecendo vantagens financeiras e também com advogados”. Só para se ter uma idéia, o pistoleiro Rayfran das Neves, o Fogoió, - condenado a 28 anos de prisão - mudou seu depoimento 14 vezes ao longo do processo.

Segundo acompanhamento feito pela Justiça Global, já há indícios suficientes que comprovam a existência de um “consórcio de fazendeiros para encomendar este tipo de crime”. Para Sandra, estamos vivendo “momentos difíceis em que há um acirramento dos conflitos por terras”, causado, sobretudo, por políticas econômicas voltadas ao fortalecimento do agronegócio e à morosidade da Justiça em fazer demarcação de terras para a reforma agrária e titulação de terras indígenas e quilombolas.

Defensores dos direitos humanos no Pará temem pela naturalização da violência ocasionada pela impunidade. O assassinato da irmã Dorothy não é um caso isolado de assassinato de trabalhadores sem-terra e defensores dos direitos humanos no país.

Segundo o relatório dos Conflitos no Campo do Brasil, promovido pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), em 2007 foram mortas 28 pessoas em conflito por terra no

país, em 2006 foram 39 mortes, sendo 24 somente no estado do Pará. De acordo com a CPT, existem hoje 75 pessoas (com nomes listados) sofrendo algum tipo de ameaça no estado. Além de trabalhadores rurais, a lista conta com lideranças sindicais e comunitárias e religiosos, como o caso do Padre Amaro, coordenador da CPT em Anapu, Dom [Erwin Kräutler](#) e Frei [Henri Rosiers](#), esses dois últimos com proteção policial 24 horas.

Em Roraima, os conflitos se intensificaram com o atentado contra os indígenas ocorrido no dia 5 de maio. Nesta quinta-feira (08), foram suspensas as aulas em todas as escolas indígenas do estado. Os indígenas também realizaram protestos, com o trancamento da Rodovia BR- 318, principal via de escoamento de arroz e insumos. Eles alegam que o governo de Roraima usou argumentos falsos para conseguir a liminar no Supremo Tribunal Federal (STF) que suspendeu a Operação Upatakon 3, realizada pela Polícia Federal para retirar não-índios da reserva - incluindo arroteiros proprietários de terras. A liminar foi concedida sob a justificativa de que a reserva indígena, por se tratar de uma área contínua em região de divisa com Venezuela e Guiana, poderia dificultar a fiscalização das fronteiras. De acordo com o líder indígena Jaci José de Souza Macuxi, do Conselho Indigenista de Roraima (CIR), a demarcação da reserva em área contínua não representa risco à soberania nacional. Para ele, a ação do governador José de Anchieta Júnior (PSDB) tem como objetivo beneficiar os grandes fazendeiros. A Terra Indígena Raposa Serra do Sol foi demarcada em 1998 e teve sua homologação assinada em 2005 pelo presidente Lula, mas apenas no início deste ano teve início a operação para retirar os não-indígenas. Atualmente, há 18.992 indígenas, de cinco povos, que vivem a região da Raposa Serra do Sol há mais de 4 mil anos.

De acordo com Darci Frigo, coordenador da Terra de Direitos, o Judiciário, nesse momento, “passa a ter um papel de novo de guardião dos interesses patrimonialistas”. “Me preocupam as declarações dadas recentemente pelo presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes, quando ele criticou a ocupação de prédios públicos por movimentos sociais”. Para Frigo, trata-se de uma tese conservadora, que aponta para os movimentos sociais, mas não diz nada sobre os verdadeiros invasores de terras indígenas, quilombolas, sobre os grileiros que invadem terras públicas, nem para os que utilizam trabalho escravo em suas fazendas. “O papel do Judiciário é conservador, reforça a desigualdade que existe no país, quando deveria ser o de um grande árbitro para garantir a igualdade e a justiça”, completa.

A violência não pára

Em janeiro deste ano a organização não-governamental Human Rights Watch (HRW) divulgou relatório em que afirmava que a violência no Brasil tem migrado dos grandes centros urbanos para o interior dos estados. Cidades como Tailândia, no estado do Pará, e Colniza, em Mato Grosso, estão se tornando bastante violentas. A impunidade é a principal causa da violência no campo, observa o relatório.

Para Frigo, da Terra de Direitos, há também uma articulação nacional, pautada, sobretudo, por uma ofensiva da bancada ruralista no Congresso, para impedir a demarcação de terras tanto para a reforma agrária, quanto para povos originários. Aliado a isso, a escolha de um modelo econômico baseado no agronegócio tem contribuído para o aumento dos conflitos por terra, aponta Sandra, da Justiça Global.

Na quinta-feira, [um acampamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra \(MST\), que fica na Fazenda São Paulo II, em São Gabriel \(RS\), foi invadido por cerca de 1.200 policiais da Brigada Militar](#). Cinco integrantes do movimento foram presos. Alguns acampados informaram que sofreram humilhação, tendo ficado por mais de 8 horas seminus, sem água ou alimentação. [Durante a madrugada, no Paraná, uma milícia armada invadiu um acampamento do Movimento de Libertação dos Sem Terra \(MLST\)](#),

[localizado na BR 369, entre os municípios de Cascavel e Corbélia](#), no estado do Paraná. Com uma espécie de “caveirão” – um caminhão com carroceria blindada com pequenas janelas de onde os pistoleiros atiravam –, eles destruíram a estrutura do acampamento, inclusive uma igreja e uma escola. INSTITUTO HUMANITAS

Proteção social ao trabalhador deve recuperar nível de 30 anos atrás

Quando o presidente Lula deixar o governo em 2010, a proporção de trabalhadores com alguma proteção social deverá ser parecida com a que existia quando ele ainda era sindicalista, no fim dos anos 70. A reportagem é de Fátima Fernandes e Cláudia Rolli e publicada pelo jornal Folha de S. Paulo, 09-05-2008.

Em 2006, 48,8% das pessoas ocupadas tinham alguma proteção social mínima, como acesso à Previdência Social, considerando dados da Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), do IBGE.

Se a economia brasileira mantiver crescimento até 2010 parecido com o do ano passado, de 5,4%, e o mercado de trabalho criar por ano 2,5 milhões de vagas, essa proporção pode subir para algo próximo a 50%, percentual parecido com o de 1980, de 50,3%. O que significa que há 30 anos a proporção de trabalhadores com proteção social não se alterou no país.

Os cálculos e as projeções foram feitas por [Marcio Pochmann](#), presidente do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). Para ele, trabalhador com proteção social é aquele que tem ao menos acesso à Previdência Social, como o assalariado, o autônomo, o trabalhador por conta própria e também o funcionário público.

"De 1976 até 1980 houve aumento da proteção social. Com a crise da dívida externa brasileira, em 1980, a proporção de trabalhadores protegidos voltou a cair [para 47,4%, em 1984]. Depois houve nova recuperação, mas, com a abertura do mercado brasileiro, voltou a cair [para 43%, em 1994]. A partir da década de 90 ganhou dimensão a geração de postos de trabalho precários, sem proteção social e trabalhista", diz.

A partir de 2000, segundo Pochmann, com a mudança no regime cambial, a criação de ocupações com proteção social passou a ocorrer num ritmo maior do que a de postos de trabalho sem proteção.

"Essa tendência de recuperação ainda levará de dois a três anos para voltarmos ao percentual próximo de 50%. Nos últimos 30 anos o mercado de trabalho não foi favorável ao brasileiro", diz Pochmann.

Se a economia continuar crescendo no ritmo de 2007, na avaliação Clemente Ganz Lucio, diretor técnico do Dieese, a tendência é de criação de empregos com proteção social ser maior do que a criação de empregos sem proteção.

Nos últimos 12 meses terminados em março deste ano, os postos de trabalho com carteira assinada cresceram 9,2% e as ocupações sem carteira, 5,7%, segundo a PED (Pesquisa de Emprego e Desemprego), do Dieese, realizada em seis regiões metropolitanas do país.

Nas regiões metropolitanas a proteção social do trabalhador é maior, segundo Ganz Lucio. "Cerca de 60% dos trabalhadores têm proteção. No final dos anos 90 esse percentual era da ordem de 50%. E está melhorando cada vez mais. Em algumas regiões do país esse percentual chega a 65%", afirma.

O grande desafio do país hoje, na opinião do diretor técnico do Dieese, é a busca por mecanismos de proteção social para os trabalhadores que não são assalariados, como o

trabalhador autônomo da construção civil e o trabalhador rural com várias ocupações no mês.

"Se um autônomo sofre um acidente e não é contribuinte da Previdência Social, fica sem renda. A idéia é fazer com que a proteção se estenda para mais trabalhadores", diz Ganz Lúcio.

Rendimento

O estudo feito pelo presidente do Ipea sobre a situação do mercado de trabalho nos últimos 30 anos no país mostra também que o rendimento do trabalhador cresceu menos que o PIB (Produto Interno Bruto).

Enquanto o PIB cresceu em média 2,8% ao ano entre 1976 e 2006, o rendimento médio real dos trabalhadores ocupados aumentou 1,1%, em média.

"Tivemos um período de regressão do ponto de vista da remuneração, em um cenário de elevado desemprego e precarização do trabalho", afirma o presidente do Ipea.

Em 1979, o número de desempregados era de 1,2 milhão de pessoas, o que correspondia a 2,7% da população ocupada no Brasil, segundo dados da Pnad. Em 2006, esse número chegou a 8 milhões, o que equivalia a 8,7% dos ocupados.

O estudo também mostra que, em 1980, 50% da renda nacional era formada pelo rendimento do trabalho. Em 2005, esse percentual foi de 39,1%.

"Apesar de o rendimento médio real ter iniciado um movimento de recuperação nos últimos cinco anos, a trajetória para recuperar o poder de compra dos salários é longa", diz. INSTITUTO HUMANITAS

Súmula nº 5 garante legalidade das mais de 1.700 demissões no serviço público

Com a aprovação nesta quarta-feira (7/5), da sua 5ª Súmula Vinculante, o STF (Supremo Tribunal Federal) pacificou o entendimento do Poder Judiciário em um tema que envolve mais de 25 mil processos em tramitação no poder Executivo Federal desde 2003, confirmando e ao mesmo tempo trazendo segurança jurídica às decisões já tomadas, ou em vias de ser proferidas.

De acordo com informações da CGU (Controladoria-Geral da União) esse foi o número de processos administrativos disciplinares instaurados no âmbito do poder Executivo, entre 2003 e 2007.

Ao manter o entendimento de que a ausência da defesa nesses processos não é ilegal, os ministros do STF evitaram que 1711 processos já concluídos em diversos órgãos públicos - e que resultaram na expulsão do servidor, pudessem vir a ser anulados.

Processo Administrativo Disciplinar

O PAD é o procedimento instaurado pela Administração Pública para apurar supostas irregularidades cometidas pelos servidores públicos, e que prevê, entre outras, as penas de demissão, cassação ou destituição do cargo.

No julgamento do recurso extraordinário (RE 434059) na tarde de ontem, que levou à edição desta súmula, os ministros entenderam, no entanto, que, no PAD, a presença do advogado é uma faculdade de que o servidor público dispõe, dada pelo artigo 156 da Lei 8.112/90 (Estatuto dos Servidores Públicos), mas não uma obrigatoriedade, e que a sua ausência não implica em nulidade do processo.

Entendimento contrário do Supremo poderia levar os demitidos a recorrerem à Justiça,

alegando a nulidade dos processos administrativos a que responderam.
ULTIMA INSTANCIA

Deslocamento dentro da empresa garante hora extra a empregados da Vale

O tempo gasto para se deslocar entre a portaria da empresa e o seu local efetivo de trabalho dá ao empregado direito ao pagamento de horas extras. Esse posicionamento, decorrente do conceito consagrado no Direito do Trabalho como horas in itinere, vem se firmando na jurisprudência do TST (Tribunal Superior do Trabalho) e norteou decisão da 7ª Turma, que deu provimento a recurso de um grupo de ex-empregados contra a Companhia Vale do Rio Doce sobre o tema.

Segundo informações do TST, em sentença da 8ª Vara do Trabalho de Vitória (ES), a empresa fora condenada ao pagamento de diferenças salariais referentes ao tempo gasto no trajeto de um quilômetro entre o portão de Carapina, por onde entravam, e a oficina de locomotivas.

A Vale recorreu o TRT (Tribunal Regional do Trabalho) da 17ª Região reformou a sentença nesse aspecto. O Regional considerou que o caso enquadra-se na exceção à jurisprudência do TST, que ocorre quando a distância entre a portaria da empresa e o local de trabalho é inferior a dois quilômetros, já que esse percurso pode ser percorrido a pé e, além disso, existe transporte público regular até os portões da empresa.

Os autores da ação apelaram ao TST, contestando a decisão do Regional. O relator, ministro Pedro Paulo Manus, deu provimento ao recurso de revista e restabeleceu a sentença da 8ª Vara do Trabalho, mantendo, portanto, o direito ao pagamento de horas extras. Em seu voto, o magistrado registrou a tendência do TST em firmar jurisprudência no sentido de considerar, como tempo à disposição do empregador, o período percorrido dentro da área interna de empresas.

RR 1248/2001-008-17-00.5

ULTIMA INSTANCIA

Bandidos roubam funcionários dos Correios

Adagoberto Baptista

06/05/2008 - Dois bandidos renderam dois funcionários dos Correios e roubaram veículo com encomendas da empresa Natura a serem entregues, na segunda-feira, em Campinas. O assalto aconteceu no Jardim Santa Eudóxia. As vítimas foram levadas para uma das ruas do bairro e depois liberadas. Os ladrões fugiram com o Fiat Fiorino, que acabou localizado três horas depois em uma das ruas do Jardim São Fernando. Seis caixas ainda foram largadas no veículo. O valor da carga roubada não foi informado para a Polícia Civil.

O roubo do Fiorino, de placas DNW-8922-Bauru, aconteceu por volta das 11h, quando o veículo da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (EBCT) passava na Rua Adriano Boucault, no Jardim Santa Eudóxia, região Sudeste. Os ladrões se aproveitaram de quando os dois carteiros verificavam endereço para entrega de encomenda para rendê-los. M.M., de 31 anos, e L. A., de 35 anos, ficaram com armas apontadas para eles, sendo levados no veículo. Em determinado momento, foram soltos. Os assaltantes fugiram com o veículo, que acabou travado pela central de gerenciamento de segurança. Mas antes os bandidos conseguiram saquear 11 caixas de produtos Natura e sumirem.

O veículo foi encontrado na Rua Mário Souza Gomide, no Jardim São Fernando, que faz limite com o Santa Eudóxia. O caso foi registrado na Delegacia de Investigações Gerais (DIG) de Campinas. WWW.COSMO.COM.BR

Para que a Uergs viva, por Marisa Formolo*

A Universidade Estadual do Rio Grande do Sul foi instituída a partir de um amplo debate com a sociedade gaúcha. A idéia, fortemente apoiada pela sociedade civil, foi criar uma instituição de ensino e pesquisa ancorada nas necessidades do desenvolvimento do Estado e, portanto, vinculada às demandas regionais de profissionais capacitados e produção de conhecimento aplicáveis aos sistemas locais de produção. Uma universidade diferenciada, que complementaria o sistema de Ensino Superior já existente.

Desde o início do governo Rigotto, entretanto, o projeto vem sofrendo alterações que desvirtuam seus objetivos fundantes. Em 2006, já houve redução de 40% nas vagas em relação ao ano anterior. No governo Yeda, o descaso é ainda mais preocupante. A suspensão do vestibular em 2007, a carência crônica de professores, a não-contratação de professores concursados, o não-cumprimento de obras com recursos liberados, a falta de encaminhamentos para a eleição direta do reitor e a extinção de cursos são indicativos disso. O maior problema, porém, que compromete a manutenção da instituição é a redução sistemática dos investimentos nos últimos anos.

Bastaria uma simples consulta às populações das regiões com campus da Uergs para o governo perceber a sua importância. É evidente a participação da universidade no desenvolvimento local e sua importância para ampliar as possibilidades de acesso de uma parcela da população ao Ensino Superior público e gratuito. O governo estadual deveria se mirar no governo federal, que, nos últimos anos, ampliou as vagas do ensino público no Rio Grande, criando novas instituições de Ensino Superior, como é o caso da Unipampa.

Tudo indica que a decisão de inviabilizar a Uergs está baseada em uma compreensão política. Nesse caso, é preciso que o governo manifeste com clareza sua contraposição ao projeto. Ficaria evidenciada, dessa forma, sua falta de compromisso com o Ensino Superior público, gratuito e de qualidade e o seu descaso para com a educação, coisa que, aliás, se vê claramente nas políticas desenvolvidas também em relação ao ensino médio.

Para que a Uergs viva, é urgente a nomeação dos professores concursados, a abertura de um novo concurso, a realização de vestibular para todos os cursos, a criação de um quadro de pessoal estável e a definição dos critérios para a eleição do reitor. Nas condições atuais, parece, caberá à sociedade gaúcha a tarefa de sustentar essa idéia tão importante para o nosso desenvolvimento.

*Deputada estadual (PT), presidente da Comissão de Educação da Assembléia Legislativa ZERO HORA

Tribunal de Justiça frustra paralisação

Servidores do Judiciário e do Ministério Público tornaram pública ontem, por meio de um ato junto ao Fórum Central de Porto Alegre, a pauta de reivindicação de ajuste salarial.

Estava prevista paralisação, mas o movimento, conforme o Sindicato dos Servidores da Justiça (Sindjus), foi sufocado pelo Tribunal de Justiça (TJ).

A Corregedoria do TJ emitiu circular aos juizes determinando medidas como a proibição de que os servidores usassem em serviço camisetas com slogan da campanha salarial. O documento também previa que, em casos em que a ordem fosse desobedecida, o servidor poderia responder a processo disciplinar, que pode determinar pena de demissão. O TJ decidiu ainda que quem paralisasse teria o dia descontado. O Sindjus considerou que a determinação enfraqueceu o movimento. ZERO HORA

Piratini propõe reajuste de 10,62%

Líder do governo acredita que votação do projeto de aumento, que chega hoje à Assembléia Legislativa fixando os valores entre R\$ 477,40 e R\$ 519,20, deve ocorrer em 15 dias

Chega hoje na Assembléia Legislativa a proposta do governo do Estado para o novo salário mínimo regional. Com um reajuste básico de 10,62% (mais arredondamentos), o índice recupera parte das perdas do piso gaúcho em relação ao mínimo nacional. Desde 2005, a relação entre os valores caiu de 25% para 13%. Se aprovado, o novo mínimo regional será 15% superior ao piso brasileiro.

O projeto será encaminhado em regime de urgência, o que determina votação em até 30 dias após a publicação do texto. A Casa Civil informou ontem que tem expectativa de que o mínimo seja votado na próxima semana, mas o líder do governo na Casa, Márcio Biolchi (PMDB), acredita que a apreciação da matéria ocorrerá dentro de 15 dias:

- Acho que dá para votar até o final de maio. Mas, quanto antes, melhor.

O índice de reajuste, que na prática varia de 10,87% a 10,96% com os arredondamentos nas quatro faixas, deve fixar os valores do mínimo entre R\$ 477,40 e R\$ 519,20, dependendo do segmento econômico do trabalhador (veja quadro ao lado).

Na manhã de ontem, o chefe da Casa Civil, César Busatto, encontrou-se com a governadora Yeda Crusius para debater os valores. A reunião serviu para definir os critérios do reajuste: a média do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) gaúcho nos anos de 2006 e 2007 mais a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) de abril de 2007 a março de 2008. A fórmula contou com a aprovação das centrais sindicais, que também se encontraram com Busatto ao longo do dia, mas não foi bem recebida pelos empresários.

- Foi o resultado de um processo de negociação. Vamos ficar extremamente vigilantes com os deputados. Acreditamos que será aprovado mesmo com a oposição dos empresários - disse Celso Woyciechowski, presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT) no Rio Grande do Sul.

Inicialmente, a CUT pedia aumento de 23,47%, que recuperaria o poder de compra do mínimo regional verificado em 2002, quando o piso gaúcho era 30% mais alto do que o nacional.

Índice significa custo adicional às empresas, avalia Federasul

Durante as negociações das últimas semanas, os empresários pediram a extinção da lei do mínimo regional. Ontem, em nota oficial, o presidente da Federação das Associações Comerciais e de Serviços (Federasul), José Paulo Dornelles Cairoli, disse "que a adoção do mínimo regional e a determinação do índice superior ao mínimo nacional representa uma interferência do Estado na economia de mercado e um custo adicional às empresas, reduzindo a sua competitividade em relação à maioria dos Estados brasileiros que não adotaram o salário mínimo regional". A Federação das Indústrias (Fiergs) informou que se pronunciaria sobre o reajuste hoje.

No início da tarde, Busatto ligou para as entidades empresariais para apresentar o valor acertado com as centrais.

De acordo com o deputado Márcio Biolchi, a intenção da bancada governista é votar o projeto sem alterações.

- O índice é resultado de uma negociação e vem respaldado pelas centrais sindicais e pela base. Historicamente, um índice sem acordo acaba sendo alterado e isso não aconteceu dessa vez - justificou o líder do governo.

A proposta também encontrou simpatia da oposição. Para Raul Pont, líder da bancada do PT, porém, o índice ideal recuperaria as perdas do mínimo gaúcho nos últimos anos.

- Como o projeto está sendo aceito pelas centrais, a tendência é que não tenha mudanças no valor - disse Pont.

ALEXANDRE DE SANTI

Frase

Márcio Biolchi, líder da bancada do governo na Assembléia

"O índice é resultado de uma negociação e vem respaldado pelas centrais sindicais e pela base. Historicamente, um índice sem acordo acaba alterado e isso não aconteceu dessa vez." ZERO HORA

Rosane de Oliveira - Surpresa por todos os lados

Os trabalhadores ainda se beliscam para ter certeza de que não estão sonhando que a governadora Yeda Crusius concordou com um reajuste de 10,62% no piso regional. Os empresários se perguntam o que levou Yeda a oferecer o dobro do índice acenado em conversas nos últimos dias. O Palácio Piratini comemora: em tempos de crise política, conseguir um acordo com as centrais sindicais não é pouca coisa.

É verdade que os trabalhadores queriam 23% de reajuste, para que o piso recuperasse o valor que tinha em relação ao salário mínimo quando foi criado, no governo Olívio Dutra, mas a vitória obtida nas negociações é indiscutível. Até a véspera, o governo só admitia encaminhar para a Assembléia um projeto prevendo reajuste de 5,5%, equivalente à inflação do período. Foi o chefe da Casa Civil, César Busatto, quem insistiu em negociar até a última hora.

Na terça-feira à noite, antes de tomar posse para mais um mandato na presidência da Federasul, o empresário José Paulo Dornelles Cairoli disse ter recebido da própria governadora a indicação de que o reajuste seria de 5,5%. Cairoli voltou a defender o fim do piso salarial, que classificou como um desserviço dos governos Fernando Henrique Cardoso, que abriu essa possibilidade, e Olívio Dutra, que criou o piso no Estado. Como conhece a Assembléia, Busatto intuiu que os deputados acabariam elevando o percentual - e colhendo os dividendos políticos com os trabalhadores. O secretário reuniu o Conselho Político, e seus integrantes concordaram que era melhor o Piratini tomar logo a iniciativa e ficar com o crédito. O índice de 10,62% incorpora a inflação dos últimos 12 meses e a melhora da economia em 2006 e 2007. ZERO HORA

Atualização ágil de dados para o FGTS

O Disque-Caixa, no 0800-726-0101, permite ao trabalhador alterar seu endereço no cadastro do FGTS sem sair de casa. Também pode ser solicitada a atualização dos dados do PIS e do Cartão do Cidadão. Para alterar os dados pelo telefone, o trabalhador precisa ter em mãos o número do PIS. ZERO HORA

Uma absolvição que indignou o mundo

Decisão em júri no Pará, que libertou o fazendeiro suspeito de ser um dos responsáveis pela morte de missionária norte-americana em 2005, causou revolta no Judiciário, no Planalto e em ONGs

Ao comentar a absolvição do fazendeiro Vitamiro Bastos pela morte da irmã, a freira norte-americana Dorothy Stang, David Stang expressou ontem uma indignação semelhante a que se viu em organizações não-governamentais (ONGs), instituições religiosas e órgãos de defesa de direitos humanos no país e no Exterior.

- Como isso foi acontecer? O que vou contar para meus irmãos, sobrinhos e outras pessoas interessadas no caso, nos Estados Unidos? - questionou.

David se revoltou contra a decisão do Tribunal de Justiça do Pará, que, na terça-feira, livrou Vitalmiro - conhecido como Bida - da acusação de ser o mandante do assassinato de Dorothy, 73 anos, em uma área rural de Anapu em fevereiro de 2005. Alimentando sentimento semelhante, a irmã norte-americana Júlia Depweg disse que a absolvição chocou os religiosos e amigos da freira, que tentava implantar um projeto de desenvolvimento sustentado com pequenos agricultores.

- Eles mataram mais uma vez a irmã Dorothy - lamentou.

Stang e Júlia estiveram ontem em São Paulo para pedir apoio da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) na luta contra a impunidade no Pará. A entidade anunciou que vai estudar a possibilidade de enviar um representante para atuar como assistente de acusação em um eventual novo julgamento de Vitalmiro.

Além da OAB, ministros do Supremo Tribunal Federal criticaram a medida. Para Celso de Mello, a absolvição ameaça passar ao mundo uma imagem negativa do Brasil.

- Evidente que, considerado o resultado anterior do julgamento, isso pode transmitir não apenas ao país, mas à própria comunidade internacional, uma sensação de que os direitos básicos da pessoa não teriam sido respeitados - afirmou o ministro.

A Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República também expressou seu "veemente desacordo" com a decisão. Em uma nota, o órgão avaliou que a medida reforça o sentimento de impunidade que se espalha pelo país como "vetor de estímulo à criminalidade e à violência".

Bida ouviu, na terça-feira, uma segunda decisão da Justiça sobre as acusações contra ele. Na primeira vez em que foi submetido ao tribunal, em maio de 2007, o fazendeiro foi condenado a 30 anos de prisão e estava preso desde 2005. Como a pena foi superior a 20 anos, o latifundiário teve direito a um segundo julgamento, no mesmo júri.

No julgamento de terça-feira, o pistoleiro Rayfran das Neves Sales, o Fogoió, réu confesso do crime, foi condenado a 28 anos de prisão. ZERO HORA

FGTS para áreas de desastre

Os trabalhadores atingidos pelo ciclone extratropical que residem nos municípios que decretaram situação de emergência têm direito a sacar até R\$ 2,6 mil da conta vinculada do FGTS. O decreto 5.113/2004, que regulamentou a lei 10.878/2004, concede o benefício, conhecido como Saque 19, às pessoas que passam por necessidade urgente e grave, decorrente de desastre natural causado por chuvas ou inundações. O Saque 19 define que o município precisa ter decretado situação de emergência ou estado de calamidade pública, reconhecido por portaria do Ministério da Integração Nacional. O chefe da Divisão de Convênios da Defesa Civil/RS, capitão Gustavo Martins, afirma que estiagem e granizo também são considerados desastres naturais.

Até o momento, 16 municípios gaúchos decretaram situação de emergência devido ao

ciclone, atingindo cerca de 47 mil pessoas. Para efetuar o saque em uma agência da Caixa Econômica Federal (CEF), gestora do FGTS, o trabalhador precisa esperar a conclusão de um processo administrativo, que se inicia com o decreto municipal de situação de emergência, baseado em avaliação da Comissão de Defesa Civil Municipal. O governo do Estado, então, homologa a ocorrência mediante decreto. O documento é encaminhado para referendo do Ministério da Integração Nacional. A seguir, a prefeitura deve reportar-se à agência de vinculação da Caixa, a fim de preencher o Formulário de Declaração das Áreas Afetadas.

A liberação do valor só pode ser solicitada ao final dessas etapas. A partir da publicação da portaria, o pedido de saque poderá ser encaminhado em prazo de até 90 dias. A gerente da filial de Administração do FGTS da CEF na Capital, Ângela Scangarelli, esclarece que o trabalhador deve apresentar comprovante de residência, documento de identidade e cartão do PIS ou Cartão do Trabalhador, além de comprovar residência na área atingida em período de até 120 dias anterior à data do desastre. CORREIO DO POVO

Índice de 10,62% para o mínimo regional gera crise

Federasul, Fiergs e Fecomércio se declaram contra projeto do governo

Mirella poyastro | mirella@correiodopovo.com.br

A negociação que definiu 10,62% como índice de reajuste do salário mínimo regional provocou nova crise. Apesar de abrir o diálogo com os trabalhadores, a decisão do Piratini – expressa em projeto de lei enviado à Assembléia – causou indignação a empresários. O presidente da Federasul, José Paulo Cairoli, adianta: 'A entidade não dará apoio ao chefe da Casa Civil, César Busatto, na votação do projeto'. A posição é compartilhada pela Fecomércio e Fiergs. O presidente da Fecomércio, Flávio Sabbadini, lamenta: 'Só faz isto quem não tem conhecimento do prejuízo que está causando'.

Os empresários, em reunião com Busatto e a governadora, defendiam a reposição da inflação do período, medida pelo INPC, de 5,5%. 'É função do governo dar reajuste aos servidores públicos e não interferir na economia', critica o presidente da Fiergs, Paulo Tigre. A medida, diz Tigre, penaliza 225 mil microempresas gaúchas que já perderam com o fim do Simples Gaúcho. Igual posição tem o vice-governador Paulo Feijó, que julga inadequada a decisão. 'Isto reforça a necessidade da reedição do Simples Gaúcho', frisa. 'É o setor empresarial quem pagará a conta.' Se o projeto for aprovado, os novos valores que balizam salários de 1,2 mil gaúchos ficarão entre R\$ 477,40 e R\$ 519,20. CORREIO DO POVO

Convenção da OIT reúne trabalhador e sindicalista

Mobilizados pela ratificação das convenções 158 e 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), trabalhadores e sindicalistas se reuniram ontem em Porto Alegre. Promovido pela Central Única dos Trabalhadores (CUT/RS), o evento despertou a discussão em torno da estabilidade no emprego e a negociação coletiva no serviço público.

Para o especialista da Organização Internacional do Trabalho (OIT) no Brasil, Ericson Crivelli, a ratificação da convenção 158, que determina o fim da demissão imotivada, não garante a estabilidade no emprego, mas certamente inibe as dispensas não justificadas ou sob falsas alegações. Depois de pressão dos trabalhadores, o governo

federal encaminhou ao Congresso no início deste ano a ratificação da 158 e da 151, que prevê a regulamentação da negociação coletiva no serviço público.

De acordo com o presidente da CUT/RS, Celso Woyciechowski, trabalhadores são demitidos conforme vontade do patrão. 'Com a convenção 158, os empregadores terão que apresentar motivações concretas para dispensa do funcionário', disse, referindo-se às questões como capacidade, conduta e desempenho. Para Woyciechowski, a ratificação da 158 diminuirá a alta rotatividade dos trabalhadores. Estima-se que R\$ 14 milhões de brasileiros são admitidos ou dispensados por ano. A pressão pela ratificação das duas convenções da OIT serão retomadas nacionalmente na semana que vem.

CORREIO DO POVO

Judiciário desconta dia de manifestantes

Servidores do Judiciário que paralisaram ontem as atividades serão descontados pelo dia não trabalhado, segundo comunicado emitido pela Corregedoria-Geral da Justiça. No texto, também foi proibido o uso de camisetas da campanha salarial nos locais de trabalho. Os servidores do Judiciário e do Ministério Público (MP) querem o envio à Assembléia Legislativa dos projetos de lei que prevêem o reajuste salarial para suas categorias. CORREIO DO POVO

Simpa mobilizado por reajuste de 16,75%

O Sindicato dos Municipários de Porto Alegre realizou manifestação ontem no Largo Glênio Peres para mobilizar a categoria, que está em negociação da data-base. Segundo o diretor da entidade, Alberto Terres, a categoria pede reajuste de 16,75%, referente a valores atrasados, e o aumento do valor do vale-alimentação. O Simpa planeja outro ato público para quarta-feira, na Esquina Democrática, e assembléia geral no dia 21.

CORREIO DO POVO

Lei Britto: servidores pressionam

Servidores públicos estaduais que ficaram de fora do reajuste concedido pelo ex-governador Antônio Britto lutam para serem incluídos no benefício. Funcionários da extinta Caixa Econômica Estadual, monitores da Superintendência de Serviços Penitenciários do Estado (Susepe) e portuários não estão entre os que irão receber os 19% previstos pela lei. Eles terão uma assembléia geral no dia 13, às 13h, no Parque da Harmonia, em Porto Alegre, para tratar do tema. Depois, farão ato público em frente ao Palácio Piratini.

O presidente do Sindicato, Érico Corrêa, explicou que a categoria está amparada pela Lei 10.959/97, que extinguiu a Caixa e deu aos seus servidores os direitos e isonomia com o quadro geral. 'Todos os reajustes a que os demais servidores têm direito nós também temos', afirmou o sindicalista.

A proposta do Executivo, aprovada pela Assembléia Legislativa em 22 de abril, prevê o pagamento em quatro parcelas, entre agosto deste ano e março de 2010, dos índices concedidos entre 19% e 33% ainda não pagos. Mais de 200 mil servidores serão contemplados. Para o presidente do Sindicato, 'deixar de fora outras categorias do funcionalismo público irá gerar demanda judicial'. Um ofício solicitando que o Estado estude uma proposta para os que não estão entre os beneficiados da Lei Britto foi encaminhado na semana passada à Casa Civil. CORREIO DO POVO

Negros têm só 3,5% dos cargos de chefia

Mercado de trabalho, 120 anos depois da Lei Áurea, oferece oportunidades restritas de ascensão na hierarquia das empresas

Preconceito e acesso limitado à educação são apontados como grandes barreiras para os negros, que são 49,5% da população

DENYSE GODOY

DA REPORTAGEM LOCAL

Quem olha ao redor no seu ambiente de trabalho constata que há muito poucos colegas negros. Chefes, então, são raríssimos. Se não surpreendem, por mostrarem uma realidade facilmente perceptível, os números a respeito da presença de negros em cargos de nível executivo nas maiores companhias brasileiras -apenas 3,5%, segundo pesquisa do Ibope com o Instituto Ethos- chamam a atenção para um cenário que empresas e profissionais se acostumaram a tratar com naturalidade. Mas os negros são 49,5% da população do país.

"Eis o resumo da história desde a Lei Áurea, que depois de amanhã completa 120 anos. Mantivemos intacta uma estrutura excludente e discriminatória com base na cor da pele. O topo da hierarquia das firmas não é diferente de outros lugares de prestígio e status na nossa sociedade", diz José Vicente, presidente da ONG Afrobras e reitor da Unipalmarens (Universidade da Cidadania Zumbi dos Palmares).

"A cultura corporativa de um mundo homogêneo vai se reproduzindo. Como os espaços de convivência públicos e familiares são predominantemente brancos, quando é preciso escolher um novo membro para o grupo, as pessoas acabam buscando dentro do espaço que conhecem e no qual se inserem", completa Cláudio Dedecca, professor do Instituto de Economia da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas).

Para as mulheres negras, a situação é ainda mais cruel, já que elas sofrem um duplo preconceito. De acordo com o levantamento Ibope/Instituto Ethos, feito em 2007, não chega a 0,5% a porcentagem de negras em cargos executivos. "As que rompem as barreiras não conseguem se incluir no cotidiano. É muito grave", frisa Eliana Maria Custódio, coordenadora-executiva do Geledés (Instituto da Mulher Negra).

Na opinião dos especialistas, uma das explicações para o fato de os negros não alcançarem postos mais altos dentro das corporações é o seu limitado acesso a educação básica e superior de qualidade, o que os impede de entrar nas empresas em qualquer tipo de posto. Comparando com outros candidatos, que estudaram em escola particular, cursaram universidades de elite e aprenderam vários idiomas, eles ficam em enorme desvantagem.

A outra razão é o preconceito velado. "O senso comum é que o negro não tem qualificação ou competência intelectual. Assim ele é visto", resume Vicente. Executivos negros ouvidos pela Folha contam não terem sido alvo de manifestações explícitas de discriminação -o que ocorre com frequência, dizem, são estranhamentos por parte de colegas e clientes, desacostumados a conviver com eles.

Consultorias de recrutamento e seleção e os departamentos de recursos humanos das empresas sustentam que não existe nenhuma espécie de filtragem dos candidatos por cor. "Isso não é mencionado nos currículos. Os interessados são chamados pela sua qualificação. Só quando adentram a sala é que sabemos se são verdes ou azuis", afirma Carlos Diz, diretor do Instituto de Liderança Executiva. "Antes, fui "head-hunter" ["caçador de talentos"] por dez anos. Devo ter entrevistado cerca de 6.000 pessoas. Houve apenas um negro."

As críticas de que as firmas de seleção não escolhem negros porque os avaliadores são brancos não fazem sentido, diz Fátima Zorzato, presidente da consultoria Russell Reynolds no Brasil. "Basta dizer que o meu chefe, baseado em Nova York, é um afro-americano."

Mudanças

"Os números são críticos nas 500 maiores empresas. Podemos imaginar, então, um quadro ainda mais pessimista no restante", comenta Hélio Gastaldi, diretor de atendimento e planejamento do Ibope.

Pesquisas como a que ele coordena estão servindo de alerta para que as companhias tomem alguma atitude a fim de começar a corrigir as distorções. "O objetivo do levantamento é trazer uma informação incontestável. Geralmente, os gestores fazem uma avaliação mais positiva do que está acontecendo: 34% responderam sim, quando questionados se a proporção de negros no patamar executivo é adequada. Confrontados com dados objetivos, eles são obrigados a fazer uma reflexão." Na opinião de Gastaldi, isso é porque o brasileiro em qualquer assunto tem facilidade de fazer críticas no coletivo, mas não reconhece os problemas nele próprio.

Entretanto, Vicente aponta que está tendo início uma transformação nesse campo: "A globalização é uma manifestação da diversidade da qual não dá para escapar. As empresas precisam se adequar, pois qualquer pessoa minimamente esclarecida começa a perceber as incongruências e as pressões. O Brasil não pode ser um país multicultural para quem vê de fora e branco por dentro." FOLHA DE SP

Avanço só virá com mudança na educação, diz especialista

Companhias adotam incentivos, mas ainda faltam políticas públicas, afirma professor. Empresas contratam negros e tentam mudar cultura interna; idéia é que valorizar a diversidade racial traz ganho sobre concorrentes

DA REPORTAGEM LOCAL

As empresas notaram que valorizar a multiplicidade racial é uma vantagem competitiva. "Como uma fábrica vai vender produtos para uma comunidade diversificada se os seus quadros não refletem o que existe na sociedade? Ela não conseguirá detectar o que pensa e do que precisa o seu consumidor", explica Fábio Pereira, "head-hunter" da Michael Page.

As principais estratégias adotadas para tentar deixar as estruturas corporativas mais igualitárias têm como foco a admissão dos funcionários e a cultura corporativa. As ações sobre a cultura têm como objetivo quebrar os estigmas que os funcionários trazem consigo. Assim, a idéia é que eles possam atuar depois como agentes de transformação dentro e fora do escritório.

O Wal-Mart organiza palestras e formou um grupo para discutir o assunto raça.

"Queremos diminuir as distâncias construídas durante tanto tempo no país. Dos nossos colaboradores, atualmente 48,13% são negros", afirma Maria Susana Souza, diretora de recursos humanos da multinacional.

Outras empresas preparam os chefes para lidar melhor com a questão racial.

"Antigamente, a superioridade de uma companhia estava na informação que ela detinha. No século 21, o conhecimento está amplamente disponível. Então, o que faz realmente a diferença é ter profissionais com bagagem e origens distintas, o que amplia a variedade de olhares sobre esses dados e as possibilidades de utilização", diz Ana Marchi, diretora de recursos humanos da Monsanto. "Os líderes também têm o seu desempenho medido

pelo incentivo ao desenvolvimento da sua equipe. O treinamento dos gestores frisa que a inclusão é um dos nossos princípios", completa.

No Itaú, existe um programa destinado a selecionar jovens talentos negros e prepará-los para construir uma carreira no banco. "É essencial termos equipes heterogêneas", destaca Ana Paula Nunes de Lima, superintendente da área de atração e diversidade.

Os estagiários atuam em todos os setores do banco e participam de módulos educacionais especiais para compensar eventuais deficiências em relação aos demais funcionários.

Iniciativa semelhante tem o banco Real. "Cerca de 30% do tempo do estágio é destinado a atividades educacionais que visam enriquecer a bagagem profissional e acadêmica dos jovens para que eles tenham condições de se tornarem líderes no futuro", explica Maria Cristina Carvalho, superintendente de desenvolvimento humano do banco.

Embora tais projetos sejam reconhecidos como iniciativas importantes e válidas, não são suficientes. "Em todas as nações que investiram na educação fundamental, a discriminação no mercado de trabalho é menos acentuada. Temos um potencial de investimento nessa área que outros países não possuem, e a sociedade, cada vez mais, se dá conta do absurdo. Porém, um dos desencantos que o atual governo nos trouxe foi justamente a falta de uma boa política educacional", frisa Cláudio Dedecca, da Unicamp. FOLHA DE SP

Empresas podem ter verba do FGTS para casa de funcionários

Construção dos imóveis será financiada com os mesmos juros de operações do fundo; nova linha deve contar com até R\$ 2 bi

Como política de recursos humanos, imóveis que vão ser construídos poderão ser vendidos, arrendados ou emprestados a funcionários

JULIANNA SOFIA

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O governo quer liberar recursos do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) para financiar diretamente empresas na construção da casa própria para seus funcionários. A Folha apurou que a nova linha de crédito habitacional será criada no próximo mês e poderá contar com o montante de R\$ 1 bilhão a R\$ 2 bilhões em recursos do fundo.

As empresas poderão tomar recursos mais baratos no sistema bancário para construir as casas. As taxas de juros das operações do FGTS são as mais baixas. A nova linha seguirá as mesmas regras das já existentes, com juros de 8,16% ao ano mais TR (Taxa Referencial).

Os imóveis construídos pelas empresas poderão ser vendidos, arrendados ou emprestados aos funcionários. O governo não quer engessar as operações determinando previamente que tipo de benefício poderá ser oferecido aos empregados.

Haverá, no entanto, a obrigatoriedade de que se trate de um benefício dentro da política de recursos humanos da empresa. Com isso, o fundo quer evitar que os empréstimos a baixo custo possam servir para as empresas promoverem especulação imobiliária.

Atualmente, o FGTS só financia habitação diretamente a mutuários, construtoras ou Estados e municípios. No passado, o extinto BNH (Banco Nacional de Habitação) realizava esse tipo de operação envolvendo corporações.

A idéia de voltar a financiar empresas visa atender a recentes demandas empresariais. Grandes empresas que se deslocaram para outros Estados procuraram a Caixa

Econômica Federal -principal banco operador de empréstimos do FGTS- em busca de recursos.

O ministro do Trabalho, Carlos Lupi, defende a medida, que será levada para votação na próxima reunião do Conselho Curador do FGTS, marcada para o mês que vem. A proposta deverá ser aprovada sem nenhum tipo de restrição, pois já tem o apoio da bancada dos trabalhadores e dos empresários no conselho.

Na avaliação do governo, a nova linha trará ganhos para o trabalhador, que poderá reivindicar nas negociações com os patrões esse tipo de benefício para a categoria.

Prospecção

Técnicos do Ministério do Trabalho explicaram que o volume de recursos a ser colocado à disposição ainda está sendo definindo, porque a Caixa está "prospectando" o tamanho ideal para a linha em conversas com o setor produtivo.

Neste ano, o FGTS contará com mais de R\$ 17 bilhões para investimento em habitação e saneamento.

Embora a Caixa concentre a maior parte dos financiamentos habitacionais do FGTS, bancos privados também operam com esses recursos.

Neste ano, essas instituições contarão com R\$ 3 bilhões do fundo para crédito imobiliário, mas existe a possibilidade de suplementação desse valor. Na Caixa, o orçamento do fundo para 2008 é de R\$ 14,2 bilhões -R\$ 8,3 bilhões estão reservados para o setor habitacional. FOLHA DE SP

Contribuições sem correção

TCU manda bancos pagarem R\$ 417 milhões ao INSS

Plantão | Publicada em 09/05/2008 às 22h04m

Gustavo Paul - O Globo

BRASÍLIA - Numa ação que se arrasta há 16 anos, o Tribunal de Contas da União (TCU) condenou 47 bancos a devolver R\$ 417 milhões ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Nos últimos dez dias, as notificações começaram a ser expedidas às instituições, que terão pelo menos 24 meses para parcelar sua dívida. Este valor corresponde à diferença - corrigida pela inflação e a taxa básica de juros - entre as contribuições previdenciárias recebidas pelos bancos e o valor repassado ao INSS em 1991, período de hiperinflação.

Com autorização do então presidente do instituto, José Arnaldo Rossi, os bancos ficavam dois dias com o dinheiro dos contribuintes aplicados no mercado financeiro antes de repassá-lo ao INSS, sem a correção monetária. Ela era apropriada pelas instituições financeiras.

Entre as instituições condenadas estão os maiores do país, como Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Bradesco, Itaú e Unibanco, e outros que já foram liquidados, como Banco Nacional, Econômico e Banerj.

Hoje, a assessoria da Federação Brasileira dos Bancos (Febraban) informou que as instituições financeiras vão recorrer judicialmente. O entender da entidade é que o tribunal de contas é uma instância administrativa e não jurídica e que o acordo de 1991 foi autorizado pelo INSS.

Tomada em abril, a decisão do TCU não permite mais recursos, e reitera o primeiro julgamento contrário a Rossi e os bancos, concluído em 2002. A partir de então foram impetradas várias ações para modificar a sentença, até a decisão final.

O acordo assinado entre os bancos e o INSS, sem contrato formal, era uma compensação pelo adiantamento que as instituições financeiras faziam ao instituto para garantir que as pensões e aposentadorias fossem pagas na data certa, independentemente de os recursos já estarem de fato disponíveis.

O TCU entendeu que a autorização do INSS era um benefício indevido ao sistema bancário. Principalmente porque os bancos já recebiam a correção monetária pelo adiantamento concedido ao instituto, conforme decisão do próprio Rossi.

De acordo com Marcelo Eira, secretário de Macroavaliação Governamental do TCU, os bancos não estão sendo multados, já que havia a permissão de uma autoridade:

- Eles estão sendo cobrados a pagar a dívida com o INSS.

O percurso desta ação foi longo. Em 1992, a então deputada federal Cidinha Campos (PDT-RJ), atual deputado estadual, entrou com uma representação contra Rossi no TCU questionando o acordo. O processo foi aberto pelo tribunal em 1996 e julgado em 2002. Segundo Eira, os bancos poderão recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF), que não costuma analisar o mérito das decisões do TCU. Geralmente, os ministros da Corte avaliam apenas se houve algum vício formal no processo, explica O GLOBO.